

Sacramento Blake, o médico militar que estudou a saude e não queria a nacionalização do Exército no século XIX

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de São Paulo
Guarulhos, São Paulo, Brasil

Recebido em: 27 nov. 2024

Aprovado em: 16 jun. 2025


Publicado em: 30 abr. 2026

Resumo

Sacramento Blake, antes de trabalhar no famoso dicionário, foi médico militar. Andou pelo país, produziu relatórios para a administração pública fazendo diagnósticos e publicou um livro refletindo sobre a as forças armadas no Brasil. Nesse artigo, recupero sua contribuição ao debate sobre a nacionalização do Exército brasileiro nos anos 1850 e 1860; Blake enquadrou o problema a partir de sua experiência com os soldados nos quartéis e nos campos de batalha e propôs soluções divergentes ao que se praticava, explicitando assim outras propostas e expectativas para a organização do exército no Brasil; seus escritos tinham o olhar voltado para a saúde física e mental dos soldados e os diagnósticos buscavam fundamentar propostas de reformulação radical da instituição; muitos médicos participavam da vida pública no século XIX, sabemos pouco sobre o que disseram aqueles que se engajaram no exército brasileiro. Utilizei os relatórios manuscritos enviados pelo médico ao governo quando estive em Alagoas, o livro *Estudos Militares* publicado em 1865, o jornal que editou em 1849 e os perfis biográficos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, além da imprensa, correspondência do governo do período e a documentação do Arquivo do Exército sobre Blake.

Palavras-chave: Sacramento Blake. Soldados. Nacionalização das Tropas. Medicina Militar. Recrutamento.

* Professora da Universidade Federal de São Paulo, *Campus* Guarulhos. Doutora em História Social e graduada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: mlfoliveira@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2537-117X>

 <http://lattes.cnpq.br/5124857019211378>

Sacramento Blake, the military doctor who studied nostalgia and did not want the nationalization of the Army in the 19th century

Maria Luiza Ferreira de Oliveira*

Federal University of São Paulo
Guarulhos, São Paulo, Brazil

Received: 27th Nov. 2024

Approved: 16th Jun. 2025

Published: 30th Apr. 2026


Abstract

Sacramento Blake, before working on the famous dictionary, was a military doctor. He traveled around the country, produced reports for the public administration making diagnoses and published a book analyzing the situations of the armed forces in Brazil. In this article, I seek to understand this stage in the illustrated doctor's trajectory to recover his contribution to the debate on the nationalization of the Brazilian Army in the 1850s and 1860s; he framed the problem based on his experience with soldiers in barracks and on the battlefields and proposed solutions that diverged from what was practiced, thus explaining other proposals and expectations for the organization of the army in Brazil; his writings focused on the physical and mental health of soldiers and the diagnoses sought to support proposals for a radical reformulation of the institution; Many doctors participated in public life in the 19th century, we know little about what those who joined the Brazilian army said. I used the handwritten reports sent by the doctor to the government when he was in Alagoas, the book *Estudos Militares* published in 1865, the newspaper he edited in 1849 and the biographical profiles published in the *Revista do IHGB* (Journal of the Brazilian Historical and Geographical Institute), in addition to the press, government correspondence from the period and documentation from the Army Archive on Blake.

Keywords: Sacramento Blake. Soldiers. Nationalization of Troops. Military Medicine. Recruitment.

* Professor at the Federal University of São Paulo, Guarulhos *Campus*. PhD in Social History and BA in History from the University of São Paulo. Email: mlfoliveira@unifesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2537-117X>

 <http://lattes.cnpq.br/5124857019211378>

Sacramento Blake, antes de trabalhar em seu famoso dicionário bibliográfico, foi médico militar. Andou pelo país, produziu relatórios para a administração pública fazendo diagnósticos e publicou um livro refletindo sobre as forças armadas no Brasil. Na juventude, Blake editou um jornal, escreveu pequenos romances obscuros, poemas, alguns artigos científicos e, quando já estava aposentado da vida militar e morava no Rio de Janeiro, organizou e escreveu o *Diccionario Bibliográfico Brasileiro* (Blake, 1883), assim como publicou alguns perfis na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).

Retomo brevemente, na introdução, dois desses perfis biográficos que nos dizem sobre os seus anos formativos em Salvador. Blake recuperou homens que tiveram importância na sua trajetória, olhava para o passado pretendendo resgatar valores como a autenticidade, o compromisso e a paixão, atributos que identificava naqueles homens que enfrentaram desajustamento por conta de suas crenças. Este não é um estudo biográfico, nem pretende analisar a trajetória de Sacramento Blake, mas problematizar temas com os quais trabalhou, analisando seus escritos e projetos. Este artigo se desenvolve em quatro partes: uma leitura do jornal científico literário, a análise dos diagnósticos que ele produziu sobre as condições de vida dos soldados em Maceió, o exame do tema da circulação das tropas pelo país (que estava no centro de suas preocupações), e finalmente a análise do livro *Estudos militares*.

A paixão como condição humana

Sacramento Blake tinha 10 anos quando estourou a Sabinada, revolta com ampla participação popular que instalou um novo governo na província, explicitou tensões e demandas raciais e foi duramente reprimida em 1838 (Kraay, 2011). Viveu a infância e a juventude em tempos turbulentos, a discussão política tomava conta das ruas e da imprensa.

Muitos anos mais tarde, em 1884, leu uma memória sobre a revolta e traçou um perfil do médico negro republicano, professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da Bahia, dr. Francisco Sabino, na sessão de 21 de novembro, na sede do IHGB, no Rio de Janeiro. Viu-se impelido a responder a memória lida por Moreira Azevedo 15 dias antes naquela mesma sala, justamente no dia 7 de novembro, aniversário da revolta. O principal incômodo de Sacramento Blake era por Sabino ter sido “injusta e cruelmente depreciado em seu caráter” (Blake, 1885, p. 245). Colocava-se como testemunha do evento; além de lembrar do dr. Sabino e dos acontecimentos, trazia o que ouviu das histórias contadas por seu pai e por amigos, marcadamente sobre a violenta repressão que se abateu sobre os revoltosos e sobre os suspeitos. Contava a história da revolta deixando claro como aquele acontecimento e os seus desdobramentos faziam parte de sua vida pessoal.

O foco do texto não era tratar da Sabinada ou de suas demandas, o esforço foi para reabilitar a figura do dr. Sabino, que, para ele, tinha “uma espécie de imã, uma força magnética”, além de “independência e nobre altivez”. Era médico de larga clientela e não deixava de atender aos que não tinham recursos, não “distingua o rico do pobre”. A maioria

da população aderiu à revolta, o que para Blake dava legitimidade ao movimento. Quase pedindo desculpas pelo republicanismo do biografado, especificou que a convicção política não se traduzia em ódio contra a dinastia, explicava-se por ele ser “devotado à humanidade” e achar que “toda a humanidade formava uma só família, ligada pelos laços de amor fraternal e da igualdade” (Blake, 1885, p. 249). Blake afirma que Sabino era um homem que amava as flores e as crianças (e por isso não podia ser mau) e fazia as coisas com paixão, a pesquisa, as aulas, a clínica, o debate político. Reabilitava a memória de Sabino, reavaliava a sua participação na revolta e denunciava enfaticamente os abusos cometidos pela repressão. Seu próprio pai, sujeito “sisudo, manso e pacífico” (Blake, 1885, p. 253), foi acusado de ter sido incendiário. O pior foi “a crueldade espantosa” com que trataram todos os presos, muitos morreram de sede ou asfixiados e seus corpos eram jogados no mar. Sabino amava o povo da Bahia e tinha princípios, o governo agiu sem o amparo das leis, desrespeitando o povo baiano: Blake invertia completamente a leitura de Moreira Azevedo e a que era corrente até àquele momento.

Publicou mais três perfis, todos de baianos como ele. Nessa época já começara a edição do seu dicionário e não surpreende que os poucos textos que escreveu para a *Revista do IHGB* fossem perfis biográficos. Só o texto sobre a Sabinada, o primeiro a valorizar o líder republicano, é que lidava com questões mais amplas e tinha uma ambição histórica.

O perfil que escreveu em seguida, em 1886, também trazia a dimensão do testemunho, escolheu falar de um frade franciscano, Frei Bastos, um homem que deixara uma marca em seu espírito e fez parte de sua trajetória formativa. Blake conta que o frade era leitor voraz, tinha memória prodigiosa e o dom da oratória, era capaz de prender a atenção de todos, proferindo sermões arrebatadores. Fez o retrato de um poeta desregrado e rebelde que passou boa parte da vida preso por recusar-se a renunciar aos amores das mulheres e à vida noturna nas tavernas, jogando cartas e bebendo vinho. Na velhice, ficou paralítico e vivia acamado na enfermaria do convento, tinha ao lado da cama uma mesa com uma lamparina sempre iluminada, ali acendia seu charuto que não tirava da boca. Foi nessa enfermaria que Blake o conheceu. Recebia frequentes visitas de jovens aspirantes a poetas, padres que precisavam de ideias para sermões, ou homens que pretendiam proferir um discurso em um jantar ou em um baile, mas não tinham talento, com alguns trocados saíam satisfeitos com poemas, sermões, discursos. Blake era bastante religioso, mas não julgou o comportamento desregrado do biografado, o texto é cheio de admiração; Frei Bastos talvez ecoasse os heróis de Byron. Contou que certa vez Frei Bastos andava na rua e viu uma moça bonita na janela. No momento em que se preparava para conversar com ela, passou um enterro, que ele, como padre, seria obrigado a acompanhar, decidindo sobre o que fazer, escreveu o poemeto:

Vejo amor e vejo Morte...
 A qual dos dous seguirei?
 Vou seguir amor primeiro;
 Depois...também morrerei.

Blake observou que ele preferiu enfrentar inúmeras prisões a largar o sacerdócio; dava voz para o autor justificar suas decisões, querendo com isso mostrar a verdade das duas vocações, tanto o gosto pela vida religiosa como o pela boemia. Lamentava o descaso com a obra de Frei Bastos, havia poucos sermões editados, a poesia estava dispersa em jornais, muito tinha sido perdido (Blake, 1886, p. 391).

Nos dois perfis, Blake quis disputar a memória dos dois biografados, trazê-los para o debate público de uma nova forma, buscando sua humanidade e paixão. Quando estava concluindo a faculdade, editou um jornal mensal do qual foi o único redator. Conhecer esses impressos nos dará mais pistas sobre a sua visão de mundo, fornecendo subsídios para a compreensão dos temas que abordou posteriormente – alguns assuntos seguiram com ele a vida toda.

O *Atheneo*, um jornal para “franquear a ciência e a literatura”

O jornal *O Atheneo*, periódico científico e literário pretendia ser um veículo de popularização do conhecimento. No primeiro editorial, dizia que era muito tímida, quase inexistente a imprensa científica na Bahia; como outras províncias já tinham iniciativas mais diversificadas, o *Atheneo* contribuiria para a “instrução e educação do povo”, trazendo “matérias relativas às ciências, literatura, indústria e costumes: não se ocupará em questões políticas”. Segundo Sacramento Blake, a imprensa no século XIX tinha importância reconhecida, era “o quinto poder político das nações constitucionais”, o jornalismo literário cumpria um papel para as “classes pobres do povo, cujos meios pouco chegam para aquilo que é indispensável a satisfação de suas primeiras necessidades, torna-se impossível haver obras e livros... o jornal lhes franquia a ciência, a literatura” (Sacramento, 1849, p. 1), queria contribuir com a democratização da cultura.

No primeiro número, publicou um artigo intitulado “A mulher”; nessa época assinava A. Vitorino Sacramento, sem o Blake. O texto abria com uma citação de Chateaubriand, do *Atala*, e a partir do excerto questionava o que era a “mulher”, seria um “ente como todos os mais criados por Deus?”, para concluir que era uma divindade, “não eram simples companheiras dos homens no mundo, elas regem o destino dos homens na terra” pois seriam “a substância de Deus, é Deus quase”. No entanto, as mulheres eram objetificadas, escravizadas, tratadas pelos homens “como objeto de satisfação de seus prazeres”, uma “monstruosidade”, refletia Sacramento, concluindo que o homem não sabia valorizar a mulher, é “incompreensível, como é possível que caiba em seu coração tanta maldade”, enquanto “a mulher não ocupar outra posição, a civilização e os costumes não marcharão bem” (Sacramento, 1849, p. 4; 5). Marcava uma voz dissonante quando denunciava a objetificação do corpo feminino e a posição desigual da mulher na sociedade de maneira geral, mas via a mulher com uma identidade essencializada, e não refletia sobre a situação da mulher rica ou pobre em Salvador ou no

Brasil, muito menos sobre a escravizada. Ainda um outro texto nesse primeiro número era dedicado ao tema da mulher, assinado por Ferreira da Silva, para quem a mulher era o ideal de “todos os nossos sonhos”, sem a mulher o homem teria virado natureza, ela era o vetor da civilização (Silva, 1849, p.1 4).

Escolheu para o primeiro número um artigo de um caso médico escrito pelo dr. Francisco Bonifácio de Abreu, de quem faria o perfil, décadas depois, na *Revista do IHGB* (Blake, 1888). O artigo era sobre uma cirurgia em uma escravizada, Ana, “preta que já orçava em seus cinquenta anos” (Abreu, 1849, p. 4) e tinha um tumor ocupando metade de seu dorso, entre o seio e o ventre. O médico descreveu a extirpação do tumor que pesou 1 arroba, contou que a paciente desmaiou duas vezes por conta da dor e teve “coragem exemplar”. O caso configurava-se como uma ação heroica do médico, o gigantesco tumor e a difícil extração sem ajudantes nem equipamentos diferenciados, “no sertão”, enquadrava-se na literatura médica que divulgava casos raros e feitos quase sobre-humanos dos cirurgiões e, ao mesmo tempo, divulgava experimentos médicos feitos com os corpos negros, escravizados. No artigo, a mulher apareceu historiando seu sofrimento e pedindo ajuda, o proprietário foi chamado e não acreditava na cura, a demanda foi descrita como sendo dela. Nas revistas médicas do XIX era comum aparecer relatos de cirurgias arriscadas, com procedimentos dolorosos feitos em corpos negros, os médicos tinham pudor em expor corpos brancos a tal risco, a tal dor, a tal exposição pública; os corpos negros eram tratados como cobaias na literatura médica do período, veiculava-se, inclusive, que eram corpos mais resistentes à dor (Peiretti-Courtis, 2021; Viana, 2023; Lima, 2011).

A edição também trazia poemas, capítulos de romances e epígrafes de Chateaubriand, Byron, J. Manuel de Macedo, explicitando filiações comuns aos escritores do romantismo daquele momento no Brasil, como Álvares de Azevedo por exemplo (Candido, 2002; Alves, 1998). No periódico, a literatura tinha bastante espaço, na 6ª. e na 7ª. edições do *Atheneu* há um ensaio de reflexão sobre os desafios da literatura contemporânea, afirma que para o progresso da “nossa literatura” era preciso abandonar a “importância demasiada dada à forma em prejuízo do pensamento”, a liberdade que Gonçalves Dias tinha trazido para as letras “infelizmente” não era ainda seguida pela maioria (Sacramento, 1850, p. 127); explicitava uma preferência entre os autores do romantismo e buscava participar dos debates literários de seu tempo.

Não faltam poemas carregados de ênfase e de sentimentalismo, elogios à beleza feminina e ao amor eram reiterados, a mulher surge como uma entidade diferenciada e como musa inspiradora. Além de divina, era também tema de estudo. No *Atheneu* foram publicados vários textos sobre a educação feminina e o cuidado da saúde da mulher, a mulher que seria esposa e responsável pela educação dos filhos. O interesse pelo tema fica nítido quando o jornal dedicou várias páginas em mais de um número para tratar do livro lançado em 1849 *Cartas para a educação de Cora*, era uma edição póstuma de autoria de Lino Coutinho, médico, político e primeiro diretor da Faculdade de Medicina da Bahia em 1832. O *Atheneu* anunciou com grande entusiasmo a chegada do livro, teceram muitos elogios ao autor.

O livro causou polêmica motivando resenhas críticas publicadas em outros jornais. Uma das críticas dizia que Coutinho não privilegiava a religião em seu método e ainda recomendava obras de Voltaire e de Condorcet para a leitura da filha. O redator d'O *Atheneo* buscou explicar o método dizendo que a ideia era estimular a religiosidade "natural", gravando nos "corações ainda tenros e moldáveis à todas as impressões, o amor de Deus e do próximo, pratique-se diante delas todos os atos de justiça, humanidade, de verdadeira caridade cristã", para depois, pela razão, ensinar os dogmas (*O Atheneo*, 1849, n. 6, p. 116-120). Outra crítica dizia que Coutinho "usara de um estilo indecente" pois tinha escrito "menstruação e evacuação sanguínea", termos "impróprios para as meninas lerem". O redator d'*Atheneo* rebateu argumentando que os termos eram corretos e científicos e que o livro foi pensado para as mães e não para as meninas. O corpo da mulher desconcertava os homens, mobilizava o debate médico e era rodeado de tabus. Lino Coutinho era contra os castigos físicos nas crianças, os pais deviam lançar mão apenas da repreensão moral, concepção com a qual Blake concordava. Futuramente, também condenaria a prática dos castigos físicos nos soldados.

No segundo número do *Atheneu*, assinou um texto dizendo que o médico era um "emissário de Deus, um amigo da humanidade por excelência". No terceiro, em texto que procurava mapear as causas da tísica pulmonar, afirmava: "olhai mais, e vereis que lá aonde a civilização ainda não chegou, quase que se não morre de thysica", em atitude pessimista com o progresso do tempo e enxergando as causas sociais das doenças. No quarto número, um artigo de capa, maior, em que relatava o caso médico sobre o tratamento que ele fizera em um paciente desenganado, um crioulo de 25 anos, sapateiro, muito magro e fraco, miserável, que tinha febres ao final do dia. Curou o paciente com uma dieta que tinha o açúcar como protagonista, recuperando histórias de prática de cura que ele conhecera na adolescência. No mesmo número, lia-se uma matéria sobre o perigo dos enterramentos nas igrejas e o mal que o excesso de dobres dos sinos causavam, pois além de inspirarem a melancolia, "hoje em dia os sinos dobram para quem dá dinheiro, o pobre morre e enterra-se despercebidamente, enquanto pelos ricos os sinos fazem uma algazarra, uma contenda terrível do inferno" (Candido, 1849, p. 63). Embora não fosse objeto de crítica detida ou de reflexão mais aprofundada, o tema da desigualdade social e das condições de saúde das populações desfavorecidas aparecia nas páginas do jornal.

O jornal tinha entre 20 e 25 páginas, 40 colunas, e trazia sempre escritos literários, poemas, pensamentos, charadas e textos sobre temas como os alimentos na Bahia, o problema da higiene nos açougues, a educação dos baianos, os modos de morar na Bahia, o tema das mulheres. Publicou durante um ano: em abril de 1850 saiu a 12ª. edição. Em cada edição, as páginas vinham numeradas em sequência, a ideia era que os assinantes guardassem os exemplares juntos e pudessem mandar encadernar, no último número vinha um índice de todas as matérias contidas nas 12 edições e a capa geral da coleção. Avaliou o trabalho e afirmava ter contribuído para que aparecesse na Bahia um debate mais diversificado pois "a política, e só ela ocupava todos os ânimos".

A matéria de capa da 12ª. edição era sobre o conhecimento médico na Bahia, havia mais

desencanto do que nos primeiros números, já estava formado e os textos tinham outro tom em relação ao começo do periódico. Dizia que a medicina era uma ciência firmada sobre observações e fatos positivos, que o verdadeiro médico precisa ter observação e experiência. Criticava o fato de que na faculdade os professores não usavam o hospital para ensinar, não discutiam os casos com os alunos e havia pouca experiência de clínica durante a formação.

Sacramento Blake formou-se em medicina e apresentou tese de doutoramento em fins de 1849 com o título: “Reflexões sobre a saudade, considerada uma moléstia d’alma e dando causa a uma série de males”. Estudar a saudade, analisando como os abalos psicológicos influenciavam na saúde das pessoas foi um enquadramento para o seu olhar no tratamento dos soldados ao longo de sua carreira como médico do exército. Ao descrever a sua tese no *Dicionário*, explicou que fez um volumoso trabalho intitulado: “As paixões e sua influência sobre o organismo”, mas como não conseguiu por “motivos particulares” mandar imprimir o trabalho completo, escolheu um capítulo e fez complementos (Blake, 1883, p. 369). Os motivos foram provavelmente econômicos, as teses precisavam ser impressas e eram pagas pelos alunos. Ter escrito um trabalho extenso sobre as emoções e a saúde indica como estava mobilizado pelo tema.

Joaquim Manuel de Macedo, escritor que Blake admirava, era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e defendeu sua tese em 1844, intitulada *Considerações sobre a nostalgia*. Teria sido a inspiração para a de Blake sobre a saudade, defendida 5 anos depois? Nostalgia era, no XIX, ao mesmo tempo um tema da medicina e uma tópica do romantismo; enquanto alguns médicos militares na Europa desde fins do XVIII estudavam a nostalgia em soldados, atribuindo à violência do recrutamento e ao desgarramento causas morais para depressões e fraquezas nos soldados expatriados (Oda, 2008), no Brasil, o tema do banzo nos escravizados era o que mais circulava, sobretudo na pena dos viajantes. As causas do banzo foram elencadas por Sigaud em seu livro de 1844 sobre o clima e as doenças do Brasil: era a melancolia profunda que causava abatimento físico e doenças do sistema nervoso, provocada pela violência do cativo, por saudades da África, pelo ressentimento pelos castigos injustos (Oda, 2008). Macedo tratou brevemente da nostalgia nos escravos novos, fazendo recomendações aos senhores, sem criticar a escravidão (Oda, 2008). Os dois jovens médicos compartilhavam referências; como se viu, Blake era leitor de poesia e refletia sobre a literatura. Blake preferiu o conceito mais cotidiano e corrente no Brasil, e menos carregado de melancolia; saudade também supõe reencontro. Não conseguimos localizar a tese de Blake (tudo indica que se perdeu), mas note-se que em seu jornal, escrito praticamente no mesmo período da tese, não falou no banzo e não tematizou a escravidão. Tratou do tema da saudade em seus relatórios administrativos e depois no livro – ocasiões em que provavelmente reaproveitou os estudos da tese.

Percorrendo os títulos das teses defendidas na Faculdade da Bahia nas décadas de 1840 e 1850, pouquíssimas eram de temas correlatos: uma de 1846, do dr. José Rodrigues Nunes Filho, *Algumas considerações sobre o homem especialmente suas relações entre o physico e moral*, e outra de 1857, *Influência da civilização sobre o desenvolvimento das afecções nervosas*,

do Dr. Emiliano de Olinda Cardozo (Meirelles *et al.*, 2004).

O hospital na beira do mar e as dificuldades em Alagoas

Augusto Victorino Sacramento tinha 24 anos quando resolveu ingressar no Exército, foi enviado para a Corte e dali foi para o Sul, na guerra do Prata contra Oribe e Rosas. Chegou em Montevideo em março de 1852, regressou para o Rio de Janeiro em novembro de 1853, ficou por 20 meses no Rio Grande do Sul. Nessa experiência, percebeu que eram muito menos frequentes as mortes entre os combatentes nascidos no Rio Grande do Sul (Blake, 1865, p. 85).

Ao voltar, fez um pleito para pedir que fosse “acrescentado ao seu nome o apelido Blak” – em dezembro de 1853 saiu o despacho (Fé de Ofício, AHEx) e a partir de 1854 assinou sempre com o Black, mudando a grafia na década de 1870 para Blake.¹

Em 1856, Blake foi enviado para Maceió e ali dirigiu o hospital militar. Antes tinha andado pelo interior da Bahia, primeiro em Paraguassú e depois em Valença, para onde foi enviado para cuidar dos coléricos (em 1855). Em Alagoas trabalhou por quase dez anos, pensou diversas propostas para melhorar a condição de saúde dos soldados. Os relatórios que apresentava ao Presidente da Província eram detalhados, bem escritos e traziam um humanismo inusitado (Oliveira, 2017, p. 212). Eram enviados pelo Presidente ao Ministro da Guerra, junto com outros documentos relativos ao estado das forças armadas na província.

Em seu primeiro relatório, ao falar do Hospital Regimental de Maceió, observou: “vejamos se está nas condições que se devem exigir nos estabelecimentos destinados a receber aqueles que tendo contraído doenças no serviço do Estado, se tornam por isto dignos de todas as atenções e cuidados”.² Cobrava a responsabilidade do governo com o necessário cuidado com a saúde de cada soldado, posição que estava bem longe de ser comum. Como afirmou Fábio Faria Mendes, “a visão compartilhada pelos oficiais era a de que os soldados comuns provinham da “canalha”, e deviam ser tratados com o rigor e o desprezo que tal lugar social fazia merecer” (Mendes, 2010, p. 44). Blake trazia uma voz dissonante.

O texto era escrito para a administração pública, teria uma circulação interna, seria lido pelo comandante das armas, o secretário de governo, o presidente da província e o próprio

1 Ao escrever a sua própria biografia para o primeiro volume do *Dicionário*, em 1883, referenciou o nome do pai e da mãe com o sobrenome Blake. Mas em sua ficha militar, ou fé de ofício, registraram: “filho legítimo de José Joaquim do Sacramento”, sem o Blake. Em 1846, publicou um pequeno romance no *Musaico*, impresso baiano, e assinou como Victorino Alves do Sacramento, no *Atheneo*, o seu jornal de 1849, não apareceu Blak, ou Blake; no periódico *Beija-Flor*, do Rio de Janeiro, em artigo publicado em novembro de 1850, tampouco. Depois que passou a usar o sobrenome, a grafia foi mudando, em 1854, no *Almanach da Bahia*, foi referenciado como Dr. Augusto Victorino Sacramento Blak.

2 Arquivo Nacional - Rio de Janeiro (AN-RJ). Correspondência do presidente de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859. Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 20.12.1856.

ministro da guerra; Sacramento Blake assumia um tom moralista, mostrava sua crença humanista buscando com isso formar uma consciência nos gestores com os quais trabalhava, precisou explicitar e justificar os seus princípios pois sabia que a maioria não pensava como ele; não escrevia relatórios imparciais, meramente descritivos, eram engajados e visavam despertar um compromisso.

Analisava que o hospital, além de estar em um local muito “pitoresco”, na “mais bonita praia de Maceió”, a Jaraguá, era arejado, recebia sol, era rodeado de palmeiras e com arvoredos nos arredores, “si é verdade reconhecida geralmente que o estar o doente alegre e satisfeito é já um grande passo para seu restabelecimento”, a beleza do local e os saudáveis banhos de mar ajudariam. O tema caro ao autor da relação entre o estado psicológico e a saúde física aparecia; mostrava-se adepto da crença que começava a ser difundida no Brasil do benefício dos banhos de mar para a saúde, conforme preceitos do dr. Sigaud e do manual de Chernoviz publicado em 1841(Huerta, 2019).

Ao elencar as melhorias que eram necessárias ao edifício, acreditava que todos “que fossem patriotas iam nisso se empenhar”, cobrando mais uma vez um compromisso moral dos gestores públicos. Os problemas eram vários, o telhado de telha vã, o chão sem assoalho, o local da latrina que obrigava doentes a saírem no relento podendo pegar chuva, ou até caírem de noite, a necessidade de ter um local próprio para depósito de cadáveres onde pudessem ser realizadas autópsias, quando necessárias.

Por fim, observou que era “absolutamente necessário que haja enfermarias reservadas para cadetes”.³ Blake explicita a sua preocupação com a hierarquia, os cadetes não podiam ser tratados ao lado dos soldados. Além de mobilizar os argumentos científicos, mostrava-se imerso na lógica hierárquica militar. Os soldados, em sua maioria pobres e pretos, ocupavam as três salas ou enfermarias que totalizavam a capacidade para 30 leitos e eram organizados conforme o tipo de enfermidade: “moléstias externas, moléstias internas e os bixigentos (sic)”. Para garantir a separação dos cadetes, vinham sendo alocados na secretaria, “cômodo mais bem construído” junto aos médicos, enfermeiros e ao serviço hospitalar. No entanto, essa solução comprometia os fluxos internos e era incômodo tanto para os profissionais quanto para os doentes. Os oficiais superiores eram assistidos em suas casas, Blake observou que se algum oficial que não possuísse família na cidade precisasse do hospital, não haveria espaço apropriado – deixando bem claro que a hipótese de colocar um oficial ao lado de um soldado na mesma enfermaria era impensável.

O hospital atendia aos doentes do Exército, da Armada, da Guarda Nacional destacada e do Corpo de Polícia (esses eram tratados pelo facultativo militar contratado pelo Governo da Província). O hospital militar não diferia dos hospitais da época, no sentido de ser uma instituição que acolhia sobretudo pessoas pobres e que estivessem muito frágeis, mesmo

3 AN-RJ, Correspondência do presidente de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859. Relatório do Dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 20.12.1856.

assim em geral só iriam para serem tratados no hospital “constrangidos” (Pimenta, 2022, p. 433). Aqueles que tinham alguma condição eram cuidados em casa. Esse hospital tinha maior demanda pois eram muitos os soldados que moravam no quartel, sem falar que havia os presos (oficiais ou soldados) que precisavam ser tratados ali.

No relatório de 1858 mostrou-se bem mais crítico, retomou os elogios, mas adicionou: “ao compasso, porém que reconheço tantas vantagens quanto a sua situação, vejo com pesar que muito lhe falta”,⁴ e enumerou os problemas do hospital, repetindo vários dos que já tinha listado em 1856. Nesse ano, enfrentou um conflito com seus superiores e foi preso, não há especificações sobre o motivo da briga, só que passou dois dias na cadeia “por haver desrespeitado seus superiores” (Fé de Ofício, AHEx).

Descreveu o quartel que ficava no centro da cidade e tinha graves deficiências, a água da cisterna que ficava no pátio interno era de péssima qualidade, os soldados dormiam no chão: “é realmente triste, e bem triste que o soldado atropelado de serviço, quando tem uma noite de folga, não ache mais do que o chão para repousar seus membros alquebrados”⁵ – enxergava o soldado como um indivíduo que trabalhava e se sacrificava pelo bem público e precisava ser cuidado.

Neste documento, trouxe um tema que retomaria ao longo de sua carreira no exército, a situação do soldado com família. Escreveu indignado que os soldados com família ganhavam por dia 90 ou 100 réis de soldo e precisavam alugar uma casa, vestir e alimentar os seus, era inevitável que sofressem “privações bem cruéis, não podem alimentar-se convenientemente”. Entendia que o soldado e a sua família deviam morar e se alimentar nos quartéis, mas precisavam ter uma moradia independente de seus camaradas. Observou que havia espaço de sobra no local onde estava o quartel para obras de ampliação. No final das reflexões sobre o tema, fez uma observação entre parêntesis: “falo sempre de família legítima”, achou que precisava especificar, dando a entender que havia vários soldados com arranjos familiares não institucionalizados.

Para além das instalações ou dos baixos salários, outro grave problema estrutural que ele apontava era a sobrecarga de trabalho e as poucas folgas que os soldados tinham. Opinava, por exemplo, que os soldados em serviço deviam “ser dispensados dos exercícios e treinamentos de marcha com mochilas que muito fatigam”.⁶

4 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859. Relatório do Dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 12.11.1858

5 *Idem.*

6 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859. Relatório do Dr. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento, 12.11.1858.

Apontava como um problema a mobilização constante da Guarda Nacional, “força sem disciplina, sem profissionalização”, e, além de tudo, não eram vacinados: “pegam varíola, são relapsos no serviço, sempre dormiam na sentinela do hospital”.⁷ No documento de 1860, explicitou como prezava a hierarquia estruturante do Exército, ao falar da Guarda Nacional, reclamou da relação dos oficiais com os soldados: “quem ignora a falta de respeito com que se apresentam os soldados da Guarda Nacional, a ponto de conversarem juntos, sentados e fumando?”,⁸ a visão aristocrática que apareceu na preocupação com as salas separadas no hospital aparecia novamente, cada um devia ter um lugar bem claro na instituição. Advogou pela necessidade de separar a Guarda Nacional do convívio com os soldados no quartel. Em 1865 estavam ainda dividindo o espaço, ocasião em que lamentou novamente o problema da falta de vacinas e de disciplina, o risco de contágio era duplo: físico e moral.⁹

Era de seu feitio elaborar diagnósticos e propostas. Atuava como muitos médicos do XIX que pensavam também em políticas públicas. Há uma tradição na historiografia brasileira de estudar o higienismo e a busca de ordenamentos médico-científicos da vida urbana na segunda metade do XIX (Benchimol, 1999; Rago, 1985; Gondra, 2004); os textos dos médicos militares no Brasil são pouco conhecidos.

No relatório de 1860 foi incisivo. Seguiu abordando os mesmos temas, os soldados estavam dormindo em tarimbas, no chão, ele já recomendara as camas de madeira com pés de ferro;¹⁰ o hospital ainda não tinha um lugar apropriado para as autópsias e os portadores de doenças contagiosas não eram convenientemente separados, não havia enfermaria própria para os cadetes e oficiais que seguiam na secretaria, onde morava o amanuense. Reclamou enfaticamente do fato de terem enviado como encarregado da enfermaria um soldado que

-
- 7 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859. Relatório do Dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 12.11.1858. Havia o esforço de vacinar os recrutas nos depósitos regionais antes do envio para o Rio de Janeiro, assim como verificar as vacinas dos soldados, antes do envio para os campos de batalha; desde a década de 1840 a preocupação com a vacinação contra a varíola aparecia nas correspondências oficiais, como observou Ribeiro (2013, p.109) e como observei nos relatos dos médicos em campo como, por exemplo, em Pernambuco, nos documentos do Dr. José Eustáquio Gomes, diretor dos hospitais regimentais em 1852 que escreveu sobre os bons resultados da vacina nos recrutas que tinham tido “bexiga benigna” (AN-RJ, IJJ 253, 15.01.1852). Sacramento Blake trata o tema, na década de 1860, como algo corriqueiro dentro de sua prática em Alagoas.
- 8 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 20.12.1860.
- 9 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 10.01.1865.
- 10 Observou que o governo já reconhecia essa necessidade, em ordem expressa em circular de 29 de setembro de 1855, em todos os quartéis do país as tarimbas deveriam ser substituídas por camas, inclusive nas cadeias e fortalezas. No relatório de 1865 ele retomou essa lei e lamentava que em Alagoas as tarimbas continuassem em uso.

não sabia ler. Indicava graves problemas administrativos e de gestão, deficiências que não mudavam com o tempo.

Trouxe o tema dos amancebados, reconhecendo arranjos familiares diversos. Avaliou que, se por um lado, a mancebia facilitava, pois nos momentos de maior dificuldade poderiam largar as mulheres, na verdade era um engano, pois viriam os filhos e com isso as obrigações, e ainda havia o risco de a mulher ser requisitada por outro e disso decorrerem brigas e até morte entre camaradas.

Ao longo dos anos, reforçou argumentos antigos sobre as dificuldades de sobrevivência de soldados com família e trouxe novos; no último relatório ponderou que era impossível que os soldados cuidassem da educação dos filhos que tinham o “futuro ceifado, é uma vida toda de decepções e de martírios”; o resultado era que o “Estado perdia, porque nada há que altere tanto a natureza íntima do homem do que sejam os desgostos e contrariedades domésticas”.¹¹ Como esperar heroísmo de um homem “sem entusiasmo, sem força moral”? O “estado ao invés de ter homens robustos, os tinha fracos e débeis”.¹² Enquanto o diagnóstico corrente atribuía fragilidade ao exército por ter soldados fracos, vindos de um povo visto como incapaz, ele invertia a análise e trazia uma nova leitura: o exército produzia homens doentes e fracos.

Lutar sem melancolia: havia uma brasilidade?

Em fins de 1858, Blake já estava no Exército há sete anos e fazia reflexões baseadas em sua experiência de clínica e de análise da conjuntura: “a observação me há dado a conhecer, não só nessa província como em outras em que tenho servido, é que sempre que há mudança de Corpos, o número de doentes nos Hospitais e Enfermarias aumentam consideravelmente” (Blake, 1858, AN-RJ), exemplificava com os 60 soldados que o Governo tinha destacado do Batalhão do Piauí para virem servir ali. Responsabilizava as difíceis condições de viagem que enfrentaram, com péssima alimentação e expostos às intempéries, a dificuldade de adaptação ao novo clima e a saudade dos que ficaram para trás. Observou que o governo precisava criar em Alagoas um Corpo fixo. Além de melhorar a qualidade de vida dos soldados, haveria um maior número de voluntários.

Era pequena a porcentagem de voluntários no Exército brasileiro. Estudiosos estimam a proporção de cerca de 70% de recrutados e o resto de voluntários, mesmo com a existência de diversos incentivos - o salário era melhor, serviam por menos tempo, as promoções na

11 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 10.01.1865.

12 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 20.12.1860.

carreira eram facilitadas e havia um prêmio em dinheiro para o engajamento - a aversão por servir no Exército era dominante. Como os oficiais recrutadores recebiam pagamento por cada homem recrutado e o valor por um voluntário era maior, Mendes pondera que muitos dos voluntários na verdade eram (in)voluntários (Mendes, 2010). Embora poucos oficiais e governantes acreditassem na possibilidade de uma tropa completamente voluntária, a busca por aumentar esse percentual foi um objetivo compartilhado.

A legislação que regia o recrutamento votada em 1826 vinha das Instruções decretadas em julho de 1822 por D. Pedro I e teve vigência até 1874. Nos 18 artigos, eram previstas muitas isenções, e, como algumas regras eram sujeitas a múltiplas interpretações, os agentes envolvidos no processo dispunham de uma ampla margem de negociação, frequentemente expressa na “guerra de ofícios” da busca pela isenção, Fábio Faria Mendes chama a atenção para a conformação de uma economia moral do recrutamento e de uma não menos importante economia política do recrutamento (Mendes, 2010). A perspectiva do serviço militar no XIX no Brasil não era a universalizante, muito pelo contrário, os homens que iam para as fileiras eram oriundos dos setores populares, parte significativa com ofícios como carpinteiros, alfaiates, pedreiros, e uma massa de homens rotulados como “vadios”, eram “os infelizes da sociedade brasileira, os verdadeiros pobres” por não poder contar com algum apoio no envio de um recurso ou na obtenção de um documento que comprovasse seu direito à isenção (Kraay, 1999, p. 129). O recrutamento militar no XIX era utilizado como instrumento de controle social, as instruções não incorporaram os princípios liberais, “buscavam perpetuar e reforçar as hierarquias sociais e as redes de patronato” (Kraay, 2011, p. 272).

O médico baiano Lino Coutinho, que Blake tanto admirava, quando era deputado em 1826 denunciou a altíssima taxa de mortalidade dos recrutas do Norte deslocados ao Rio Grande do Sul, afirmou que de 1/3 a 1/2 dos enviados morria antes mesmo de chegar nas unidades onde deveriam servir, taxa de mortalidade maior do que a dos tumbeiros vindos da África (Mendes, 2010, p. 44). Para Coutinho, os cidadãos na idade adequada deveriam aprender a manejar armas por um curto período, findo o qual retomariam suas vidas e em caso de guerra seriam convocados (Coutinho, 1826, ACD).

Blake vinculava o tema da saúde física e mental dos soldados com a questão dos corpos fixos. Naquele ano de 1860, o Governo tinha criado corpos fixos para algumas províncias, mas não para Alagoas e isso deixou-o desiludido, pois vinha insistindo no tema com o ministério da Guerra. Citou o “grande historiador Abade de Millot”, para quem os homens combateriam melhor se o fizessem pela sua comunidade. Mostrava, assim, não reconhecer no país um sentimento de nacionalidade, de “brasilidade”, mas de patriotismos, o vínculo do soldado era ainda com a região, a província.

O Brasil, muito vasto, “não é dominado por um só clima”,¹³ assim a circulação dos

13 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 20.12.1860.

soldados precisava levar isso em conta. Trazer soldados da zona tropical para a zona temperada, ou vice-versa, era muito prejudicial, causava graves doenças e incômodos de saúde nos soldados, sobretudo nos primeiros tempos. A natureza do trabalho no exército, a necessidade de longas marchas, repouso ao relento, pouco descanso, má alimentação, má higiene, e, ainda, a distância da terra, da família, tudo isso predispunha à melancolia. Para Sacramento Blake, a circulação desmedida e sem planejamento dos batalhões e dos soldados fazia com que o Exército tivesse homens fracos e abatidos e, como parte não se recuperava, sacrificava homens por falta de valorização da vida da gente da “mais ínfima classe”, os recrutados.

Os tratadistas mais influentes da medicina afirmavam na década de 1840 que “mudanças repentinas de clima quase sempre acarretariam moléstias”, como escreveu o médico do hospital militar de Mazzatan no México, Eugène Celle (Edler, 2011, p. 95) em seu livro de 1848, que foi traduzido e editado no Brasil em 1856. O debate ia se complexificando com as pesquisas da parasitologia e dos micróbios, o clima ia sendo redefinido como fator na compreensão das doenças, e, nesse processo, os médicos dos trópicos tinham papel essencial. Era preciso mapear novas terapêuticas e verificar o quanto deviam ser específicas para os climas tropicais. A produção do conhecimento sobre medicina tropical nesse momento era sobretudo feita por médicos militares envolvidos nos projetos coloniais, a equipe da Armada francesa era das mais influentes com seus navios hospitalares, mas também o eram os médicos militares ingleses e os médicos do Brasil, nessa época especialmente o dr. Sigaud, francês formado em Montpellier e em Strasbourg, que chegou em 1825 no Rio de Janeiro e estabeleceu-se no Brasil, tendo sido médico de D. Pedro II e da família imperial. Sigaud foi um importante pesquisador e um dos principais organizadores da Academia Imperial de Medicina, além de editor dos primeiros periódicos de divulgação científica da medicina no país, como *O Propagador das ciências médicas (1827-1828)* e o *Semanário da Saúde Pública*, lançado em 1831 (Edler, 2011).

A geografia médica era um campo da medicina estratégico nesse período de ampliação da circulação das commodities coloniais, era preciso que os navios soubessem que quarentena fazer, os exércitos queriam saber como perder menos homens para as doenças tropicais. Boudin, o “pai da geografia médica francesa”, tinha sido médico da Armada francesa, acumulara experiência clínica na Argélia e fora dirigir o hospital em Marseille (Edler, 2011, p. 61). Publicou seu tratado programático em 1843, livro que teve grande influência. Médicos militares escreviam do campo, rebatendo informações vagas que circulavam de viajantes e apresentando, com base na experiência, novos argumentos (Edler, 2011, p. 84). Era uma época de vasta produção empírica, médicos portugueses escreviam sobre suas experiências clínicas em Angola, Moçambique, médicos franceses sobre a Argélia, Indochina etc. (Bastos, 2007; 2011, Edler 2011).

Nos anos 1860, o manejo dos trópicos já era completamente diferente, a etiologia de diversas doenças ia se adensando, o entendimento sobre o clima tinha mudado, agregando novas variáveis, tornou-se prática estudar os microclimas, os climas parciais (Edler, 2011). O

principal debate, o do aclimatamento, ia tomando cores otimistas, já havia tratados criticando ou complementando o Boudin e a ideia forte era que o homem podia ser cosmopolita, desde que seguisse as regras da higiene e tomasse precauções particulares a cada lugar que fosse viver. Os estudiosos das febres – um dos grandes temas do XIX – privilegiariam ainda o clima como principal fator, se não como causa, como agente predisponente “contribuindo tanto para a existência do germe como para permitir o processo patogênico” (Edler, 2011, p. 94).

Nesse sentido, Sacramento Blake mostrava-se alinhado ao debate dos anos 1840 e 1850, mas seus relatórios de campo não reverberam as mudanças de posição da medicina tropical, talvez por não estar convencido dos novos conceitos hegemônicos, mostrando que as teorias conviviam em tensão. No livro *Estudos militares*, escreveu que os “humanos são cidadãos do mundo”, mas precisam de tempo para se adaptar, conhecimento das especificidades locais, e, ao invés de citar uma referência daqueles anos, citou um clássico das primeiras décadas do século, o médico alemão Huffeland, autor do influente *Manual de medicina prática*, editado em francês em 1841 (Blake, 1865, p. 85).

Os autores que Blake citou ao longo dos relatórios, como Fallot, “distinto oficial de saúde do Exército belga”, Mac Gregor, “cirurgião em chefe do Exército inglês”, não eram os principais tratadistas da geografia médica ou da medicina tropical, mas eram médicos militares, e isso legitimava as suas referências, eram homens do campo, da prática militar. Por outro lado, o fundo da sua preocupação estava no tema dos abalos psicológicos causados pelo recrutamento e deslocamentos forçados, e como essas mudanças fragilizavam a saúde, para além do clima e dos problemas da higiene. Essa não era uma pauta importante no debate da medicina colonial e/ou tropical.¹⁴

Sua participação no mundo editorial como editor de um jornal científico ainda quando estudante sugere que seguisse interessado em acompanhar o debate de sua área. No jornal, o higienismo esteve presente em artigos, assim como a máxima que conduzia os trabalhos médicos do período, o empirismo, a adaptação das terapêuticas às condições clínicas particulares do sujeito e do clima. Significativamente, publicou um estudo sobre o uso do ácido arsenioso nas febres intermitentes em 1851, logo que saiu da faculdade. As febres eram dos principais temas do momento. Uma década depois, em 1861, publicou sobre a *colera morbus* epidêmica.

Sacramento Blake também refletiu sobre os oficiais médicos que atuavam nas províncias, o Ministério devia deslocar pouco esses profissionais; observou que para um oficial

14 Não que o tema não fosse estudado, como nos esclarece Ana Oda (2008), em 1821 J. D. Larrey, fundamentado em sua larga experiência como Cirurgião-chefe do Exército francês nas campanhas napoleônicas, publicou um ensaio sobre a nostalgia entre as tropas, obra que foi traduzida para o inglês e para o alemão. Todavia, J. D. Larrey era conhecido e referenciado pelo desenvolvimento de novos métodos de evacuar feridos nos campos de batalha, a invenção das ambulâncias volantes, e diversas outras inovações médicas que salvaram muitas vidas, para além de ter documentado inúmeras doenças que surgiam nos campos de batalha (Turner, 2024).

de saúde fazer bem o seu trabalho precisaria conhecer perfeitamente a natureza do clima, “as moléstias que lhe são particulares, a medicação que mais aproveita à elas, só com uma observação muito acurada”,¹⁵ mas como fazer se os oficiais servem ora em uma, ora em outra província? Nesse sentido, reverberava a ideia de sua época de que “o conhecimento médico não poderia ser livremente transferido de uma região para outra, pois teria que ser revalidado para ser usado em outro contexto daquele em que foi produzido” (Edler, 2011, p. 73), as faculdades de medicina e os jornais científicos trabalhavam com a epistemologia do empirismo, o hospital devia ser o centro de ensino e de pesquisa – como, aliás, Blake defendia em seu jornal em 1849. O exame clínico, a observação cuidadosa da situação do paciente e do meio ambiente físico e social, eram etapas essenciais.

Via com frequência nos soldados recém-chegados de outras províncias as “afecções morais deprimentes com seu cortejo de sintomas, embaraçando fortemente as funções do organismo, não só predispondo-o a tristes sofrimentos como acarretando o desprezo de si mesmo e o aborrecimento da vida”. Em um momento do texto particularizou nas regiões interioranas do país um vínculo maior com a terra e a aversão ao recrutamento:

quem não sabe do horror que se apodera principalmente dos homens do centro das províncias com a ideia de serem arrastados de seus lares por este meio? Não há muitos meses n’esta capital responderão a conselho de guerra quatro recrutas por se haverem mutilado, decepando a primeira falange do dedo polegar da mão direita, com o único fim de não servirem no Exército.¹⁶

O tema da violência do recrutamento e da aversão ao serviço militar era presente na imprensa e na opinião pública, quando Blake escolheu esse caso quis indicar o grau que essa recusa podia atingir e chamar a atenção para o tema da tristeza e do abatimento do soldado que era recrutado à força – se os corpos fossem fixos, dizia, haveria voluntários suficientes.

Aprofundando o diagnóstico sobre os motivos das doenças dos soldados, prosseguiu: “as privações, a má alimentação e muito trabalho são três coisas muito poderosas para causar doenças”, e criticou o alto preço da carne verde, a má qualidade da farinha mais barata e dos bens de primeira necessidade, para ele, o governo devia atuar no mercado de forma a garantir os preços dos alimentos básicos. Esse era outro debate forte na época, as doutrinas do livre comércio e o controle de preços; o embate entre vereadores da Câmara Municipal de Salvador e o presidente da província da Bahia em 1858 com a crise do abastecimento é um exemplo desse embate de perspectivas, como declarou o juiz de paz em Salvador apoiando a atitude da

15 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 10.01.1865.

16 *Idem*.

Câmara Municipal e dos revoltosos: “o povo não vive de teorias, vive de realidades” (Reis, 2011).

Blake também criticou o recrutamento de indivíduos muito jovens, ainda sem organismo plenamente desenvolvido, mostrava que o exercício regular e pesado nessa faixa etária fazia mal e produzia adultos arqueados. Enquanto praticamente todos os argumentos contra o recrutamento era sobre diminuir a mão de obra do campo arriscando a produção de alimentos ou prejudicando os rendimentos fiscais, Blake apontava para os danos potencialmente irreversíveis na saúde da população. E arrematou:

o individuo que é arrancado do lugar de seu nascimento, do meio de seus pais, irmãos, e amigos sem saber que destino vai ter – sofre decerto. Sofre, porque apesar de ser um homem tirado da classe do povo ele tem um coração como outro qualquer – e como outro qualquer sente. [...] é claro que o recrutamento pela forma por que tem sem se conciliarem os interesses do Estado com os interesses da família muitas vezes é causa, além da moléstia, da perda e destruição dos instintos e sentimentos mais nobres do coração e prejudicial tanto ao individuo como ao Estado.¹⁷

O uso do “apesar” deixa claro como sabia que precisava explicar aos seus leitores que estava falando de homens como eles. Blake terminou o relatório de 1865 melancolicamente: “ainda não tive a felicidade de ver tomada em consideração uma só das medidas por mim lembradas em relatórios anteriores”. Sentia que falava sozinho. De fato, enquanto a maioria olhava para o povo e para a tropa e via homens perigosos, potenciais desertores, rebeldes, ele via homens com família, com ligação ao local onde viviam, com necessidades que deviam ser respeitadas.

Ao terminar de ler os seus relatórios, percebe-se que para Blake não havia ainda entre os soldados um sentimento de brasilidade, conviviam nos quartéis com soldados que se sentiam baianos, pernambucanos, paulistas, paraenses, piauienses, mas não brasileiros.

Estudos militares – a síntese de um projeto para um outro exército

Para Blake, a unidade acima de tudo era inviável, nacionalizar o exército era cruel e quem perdia era a pátria e o Estado. “A menor célula, a família”, precisava estar engajada ao maior projeto, o Estado – essa ligação se faria por meio da pátria, ou seja, o local, a região. Nitidamente, eram projetos distintos, com expectativas diversas. No entanto, estava lá, no

17 AN-RJ, Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 100, 1860-1865, Relatório do dr. BLAKE, Augusto V. A. S., 10.01.1865.

mesmo barco, trabalhando no exército, mesmo que remando contra a corrente. Lutou por vários anos pelos soldados que serviram em Alagoas, assim como engajou-se na reflexão e na elaboração de propostas para transformar a organização do exército no Brasil.

Seu projeto fica explícito em um pequeno livrinho que publicou nesse mesmo ano de 1865, intitulado *Estudos Militares*. No começo do livro, esclareceu ao leitor que havia escrito o trabalho em 1860, mas guardou-o em uma gaveta, por considerá-lo “sem préstimo”. No entanto, em 1863, diante dos conflitos decorrentes da Questão Christie e do clima de tensão com preparativos para “uma possível guerra”, resolveu enviá-lo para o Rio de Janeiro, buscando publicação. Esperou dois anos para vê-lo editado, o livro saiu já em meio à guerra do Paraguai. No livro, reproduziu alguns trechos de seus relatórios, queria que as ideias ali expressas alcançassem um público mais amplo. O livro se organiza, fundamentalmente, em dois eixos: um que olha para a história universal e outro que analisa o caso brasileiro. Assim, os capítulos dividem-se em uma primeira parte descritiva, generalista e histórica, e em outra propositiva e focada no caso do Brasil.

Os primeiros capítulos discutem a guerra enquanto acontecimento social, o título do primeiro, “o espírito de conquista”, já sinaliza para a visão de Blake, que, abusando dos adjetivos e das hipérboles, ressaltou os horrores da guerra. Buscando uma definição, citou autores diversos, a guerra era o delírio das paixões, como escreveu Gladstone; já D’Alembert definiu como a “arte de destruir os homens”. Escrevia como um pacifista, alertou que um dos piores problemas da guerra era familiarizar o homem com a violência, a morte e com a “desgraça de seus semelhantes”. Para Blake, “assim como não há nada no mundo tão amável como a paz, nada é tão detestável como a guerra”.

Após buscar definir o que era a guerra, passou a tratar dos sentidos históricos da guerra, como eram feitas nos primeiros séculos, quais os resultados da guerra a que se referem os antigos, como foi com Alexandria e Roma e as “guerras funestas da história moderna”. Ao chegar nos tempos modernos, começou criticando a Inglaterra, era a nação que mais atrocidades cometeu em suas conquistas, nas guerras na Índia, Irlanda, África; escreveu que eram “pretensamente civilizados” e se “arvoravam de protetores dos escravizados”. Não tomou o lado dos franceses, criticou severamente as “calamidades” que o exército de Napoleão “derramou” pela Europa, com seu “espírito de conquista lançando a centelha maléfica da destruição”. Usar a palavra conquista tinha um peso forte no debate público do tempo, deslegitimava o projeto político e ressaltava os interesses econômicos e o projeto de domínio. O autor vai refletindo crítica e historicamente sobre a guerra, reiterando suas dimensões perversas com o objetivo de mostrar a permanência da violência da guerra ao longo da história humana.

Um fator de mudança no decorrer desse processo histórico teria sido o fortalecimento do cristianismo, para Blake, a crença deveria ter um papel para influenciar no “cometimento da guerra”, e por isso dedicou um capítulo para tratar do tema. Em seguida, após tanto criticar a guerra, pondera se uma guerra podia ou não ser justa.

Reafirmou que a paz deve ser sempre buscada, mas a nação que perdia a liberdade

poderia lutar por ela. Pegar em armas como último recurso para lutar pela liberdade e pelas instituições nacionais era lícito, nesse sentido citou o “imortal Feijó” quando justificou a revolta de 1842 e o francês Jules Bastide, publicista engajado na Revolução de 1830, e que depois foi um jornalista republicano famoso, fundador em 1847 da *Revue Nationale*. Citar Feijó e Bastide era dar referências que sinalizavam para a visão política de Sacramento Blake, alinhada aos liberais. Recuperar a justificativa de Feijó e logo depois falar da honra nacional nas palavras do republicano francês, dava outro contorno à história política recente do Brasil. Blake queria diferenciar as guerras “bárbaras de conquista”, daquelas feitas em defesa da liberdade nacional.

Desenvolve nesse contexto uma reflexão sobre o tema das guerras civis, momento em que lembra da vontade geral, do direito dos povos (cita o Abade Raynal) de reclamar justiça aos governantes, da necessidade dos cidadãos de “sacrificarem seus interesses particulares à união de todos os membros, que fazem a verdadeira força social”, ecoando Rosseau. É nessa parte do pequeno livro que ele passará da interpretação histórica mais generalista para a análise do Brasil; abandona o método descritivo e passa a fazer propostas. Foi nessa passagem, entre uma parte e outra do livro, que o autor introduziu o tema do sentido da existência dos exércitos.

A partir desse ponto, elaborou um diagnóstico crítico da situação do exército no Brasil e desenhou propostas de reforma a partir de temas como o recrutamento, os castigos corporais, os corpos fixos, os salários, a religião e a educação. Em cada um desses eixos, mobilizou referências especializadas, exemplos de outros locais do mundo e refletiu sobre o que ele tinha vivenciado em sua experiência no país. Trazia nomes de tradição consolidada, como Jean Vincent F. Vaidy ou Huffeland, bem como autores contemporâneos, a exemplo do marechal Vaillant, responsável pela proposta de reforma do corpo de saúde do exército francês em 1859.

Assim, o maior capítulo do livro é o dedicado à defesa do aumento do vencimento dos soldados. Nele, Blake enumerou dramas que os soldados padeciam com a má alimentação, doenças crônicas, desgostos e contrariedades. Ao final do capítulo, observou que o Estado não podia punir o soldado que com espírito atormentado cometia faltas, pois era o próprio Estado que deixava de atender às suas obrigações, era muitas vezes um comandante inescrupuloso ou abusivo que causava a reação do soldado.

Na sua visão institucional, a família devia ser protegida, pois era o fundamento social; um dos capítulos foi para debater o tema do casamento dos soldados que uma lei tinha buscado proibir em 1855 e tinha sido motivo de intensa polêmica na Câmara e na imprensa. Blake, como era de se esperar, escreveu contra, pois “não se pode estabelecer leis em oposição à natureza, proibindo a satisfação do mais doce dos sentimentos da alma” (Blake, 1865, p. 97). A religião tinha papel central na “moralização do exército”, assim como o estudo que “forma o espírito, desenvolve a imaginação”, recomendava a abertura de escolas em todos os corpos militares e a adoção dos livros do Major Lorena, *O Cathecismo histórico e Fiel companheiro do cristão*.

Em sua proposta, o recrutamento, os castigos físicos e os corpos fixos são eixos estruturantes que se articulam. É preciso nos determos em cada um e na sua interligação para encaminharmos a análise.

Blake considerava o modo como era feito o recrutamento no Brasil cruel e responsável por muitos males da alma dos soldados brasileiros, por conta da injustiça do sistema. No capítulo sobre o tema, afirmou: “isto é horrível, e é execrando em um país católico”. Denunciava o aspecto mais cruel da injustiça, o fato de que os mais pobres é que mais sofriam: “é difícil a um homem do mato exibir em uma capital, metido em um cárcere, os documentos das isenções que tem a seu favor; e mais difícil, senão impossível, na Corte do Império, para onde são levados” (Blake, 1865, p. 66). O recrutamento devia ser para todos e obedecer a um sistema universal. Elogiava o sistema da Prússia, citando o publicista Kuffemann, para quem: “a conscrição tem contribuído poderosamente para extinguir os últimos clarões de feudalismo provincial” (Blake, 1865, p. 83). Acreditava que diminuindo a aversão pelo recrutamento, diminuiria a busca por proteção do fazendeiro e os proprietários se enfraqueceriam.

Diminuir o efetivo militar e buscar tornar universal o recrutamento era uma das pautas de maior visibilidade dos liberais, mas o debate era complexo, havia, entre os liberais, opiniões diversas, uma minoria assumia bandeiras efetivamente radicais. O incômodo de manter o recrutamento forçado em um país constitucional fazia com que poucos defendessem abertamente o recrutamento em que homens iam presos para servir ao exército; a visão mais difundida era que tratava-se de um mal necessário em um país de fronteira aberta e com facilidade de qualquer um “arranjar sua subsistência”, como observou o ministro da guerra Manuel de Mello em 1864 (Mendes, 2010, p. 43). De toda forma, havia os que denunciavam os problemas estruturais, havia debate e disputa.

Com o avanço das pesquisas sabe-se da resistência entranhada na sociedade e de como o recrutamento era difícil, nunca o efetivo militar previsto em lei foi alcançado. O exército trabalhou sempre com batalhões incompletos durante o XIX, o que fazia inclusive com que a baixa dos que tinham completado o tempo de serviço fosse retardada, por vezes em 10 anos (Mendes, 2010, p. 41).

O recrutamento forçado trazia “a punição corporal como a contraparte lógica”, (Kraay 2011, p. 299); assim como o “escurecimento” das tropas, cada vez mais formadas por afrodescendentes, facilitava a “naturalização” da prática. Os açoitamentos foram o principal castigo até 1831, depois as pranchadas (dadas nas costas) passaram a ser oficialmente as punições aplicadas até a década de 1870 (Kraay, 2011, p. 298). Todavia, os açoitamentos continuaram. A imprensa liberal acusou recorrentemente o exército pelo uso abusivo e fora das prescrições legais dos castigos físicos, o debate estava presente na sociedade e inclusive nos quartéis; motins, fugas e desobediências eram muitas vezes motivados pelo uso do castigo corporal com açoites. Blake pronunciou-se contra os castigos corporais de forma veemente; deveriam “desaparecer de todos os códigos do exército brasileiro e dos de qualquer nação que se preze de liberal”, exatidão, justiça e humanidade deviam reger as punições para corrigir as falhas e os crimes dos soldados e oficiais, a prisão pelo “sistema penitenciário moderno” seria

o ideal, como praticado na “prisão militar de S. Germano na França que mostrou os mais belos resultados” (Blake, 1865, p. 60). Evocou ainda a imagem concreta da brutalidade afirmando que “não é se macerando as costas com chibata, ou prancha de espada, que se deve punir o soldado” (Blake, 1865, p. 61), ao referir às chibatadas e não apenas às pranchadas, denunciava que seguiam em uso, mesmo contra o que determinava a lei de 1831. Além das chibatadas e das pranchadas, outra punição corporal utilizada era o carrinho perpétuo, ficar em pé com dezenas de armas pesadas sob os ombros, por horas, castigo previsto no código do Conde de Lippe.¹⁸ Blake foi enfático ao condenar o “regulamento de sangue” escrito “há cem anos”, que o Brasil herdou de Portugal e deveria imediatamente abandonar.

A lógica de trabalho no exército reproduzia, na dimensão do esforço do controle dos corpos, a relação senhor-escravo, os corpos dos soldados eram castigados, mal alimentados, amarrados em correntes ou em troncos para prevenir ou punir fugas, algumas vezes marcados com ferro em brasa,¹⁹ tinham jornadas de trabalho extenuantes.

Blake separou um capítulo para a organização dos corpos militares no Brasil, o principal eixo do seu projeto de reformulação da organização das tropas e do exército. Entendia que a movimentação dos batalhões devia ser a exceção e não a regra, o movimento podia ser necessário, mas não devia ser o princípio organizativo:

não se pense porém que nutro a absurda opinião de que não devam existir corpos moveis, não. O que desejo é que os corpos do Exército se movam o menos que for possível [...] Já ouvi dizer algures, que a instituição de forças fixas não é conveniente; porque os militares se relacionam muito nos respectivos distritos, e podem concorrer para as rebeliões, ou guerras civis. Eu penso porém que justamente o contrário é o que deve acontecer. E com efeito, por isso mesmo que o militar pode ter a sua casa, e apreciar as doçuras que se originam dos laços da família, ele repelirá as revoluções, e tudo mais, que lhe possa despedaçar tais laços (Blake, 1865, p. 85).

18 O Código teve vigência no país até 1874 (Mendes, 2011, p. 44). Os oficiais em comando utilizavam da violência para controle das tropas, mas, como a historiografia tem chamado a atenção, a resistência aos castigos físicos era disseminada. Um exemplo pode ser a atuação do comandante da colônia militar Leopoldina, em Alagoas. Certa vez ele colocou um soldado no tronco e puniu outro com carrinho, o que foi posto no tronco escreveu uma petição ao presidente da província, no dia da punição do carrinho houve reclamações e movimentação entre os demais soldados. O diretor não foi punido pelo uso do tronco, nem houve revolta das tropas nesse momento; ele usava dos castigos físicos, mas certamente sabia que convinha não abusar da prática. (APA, cx. 161, ofícios diversos de 1858 e 1859).

19 Refiro-me a um caso de 1853 ocorrido em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, quando cerca de 12 recrutas foram marcados com ferro em brasa no calabouço do quartel do Recife para desencorajar a deserção e facilitar a recaptura. (APEJE, Livro Polícia Civil 41, fl.7, Ofício do delegado de polícia ao Chefe de Polícia, 29.02.1852).

Buscou rebater o argumento principal evocado para justificar a rotatividade, mobilizando justamente o caso mais paradigmático, Pernambuco, a província mais *revoltosa*, que, no entanto, não teve e não tinha batalhões fixos.

Nem alguém pode mostrar que as revoluções são mais frequentes nas províncias onde há corpos fixos. O contrário sim - e Pernambuco por exemplo, tem sido teatro de diversas revoluções, não tem corpo fixo: nem os corpos aí permanecem mais do que nos outros lugares do Império (Blake, 1865, p. 87).

Em um dos batalhões de Infantaria de Pernambuco inspecionado em 1853, os soldados eram naturais de São Paulo, Bahia, Maranhão, Sergipe, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e África.²⁰ As tropas que lutaram pela legalidade no Rio Grande do Sul eram formadas por soldados provenientes de diversas províncias, sendo marcante a presença de naturais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, e depois, em porcentagem menor, mais ainda com destaque: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Pará. Pequena parte dos efetivos era de origem local (Ribeiro, 2013, p. 57).

Nacionalizar o Exército, constituindo batalhões com homens vindos do Brasil inteiro foi uma estratégia para driblar a deserção, facilitar o controle dos soldados, remanejar o contingente que poderia engrossar as fileiras rebeldes e punir revoltosos, esvaziando seus quadros (Kraay, 2011). Como mostrou Adriana Barreto de Souza, desde 1838 os conservadores se empenharam em ampliar as forças de linha e buscaram reestruturar o exército (Souza, 1999, p. 85).

A corte atuava como centro de estruturação e articulação dos batalhões do exército, era um circuito de passagem, para onde eram encaminhados os recrutas de todo o país. Os soldados, ao chegarem no Rio de Janeiro, a maioria pelo mar, seriam abrigados no galpão da Praia Vermelha, vacinados, tratados, treinados e misturados, compondo os batalhões enviados às províncias (Ribeiro, 2013, p. 56). Kraay estudou o caso baiano e documentou a alta rotatividade dos oficiais e dos soldados a partir de finais da década de 1830, o objetivo era que os oficiais deixassem de ser baianos para se tornarem brasileiros (Kraay, 2011).

Blake chamava a atenção para um viesamento, a questão central, para ele, na formação do bom soldado era o treinamento, um salário digno e o engajamento por uma causa, o amor pela família e pela terra onde o homem vivesse dignamente é que conformaria a capacidade da luta; ponderou que os corpos fixos eram sempre os mais completos do país (Blake, 1865, p. 87).

Em termos corporativos, preocupou-se com os oficiais médicos, no último capítulo advogou em causa própria, escreveu sem economizar nos elogios aos colegas de profissão e

20 AN-RJ, IG (1) 73, Correspondência do presidente de Pernambuco para o Ministro da Guerra, relatório de inspeção das tropas, 04.06.1853.

propôs um novo plano de carreira; falou até dos péssimos uniformes que prejudicavam a realização de cirurgias e exames clínicos em campo. Deve ter incomodado muitos por não ter debatido com vagar um programa para a carreira dos oficiais – o tema foi vagamente pautado no livro. Na abertura, escreveu que os militares eram a classe mais devotada ao país, mas a menos reconhecida pelo governo. Talvez pretendesse buscar aliados na instituição; levantava uma tópica discursiva que seria recorrente após a Guerra do Paraguai e justificaria a adesão de muitos militares ao projeto republicano. Ao ler o livro, em que aparecem frases como “o exército é uma escola de vício”, as formulações iniciais soam como retóricas.

Vê-se claramente como o tema, que escolhera para a sua tese de formatura, acompanhou-o em suas reflexões ao longo de suas viagens pelos interiores e nos campos de batalha. Acabou testemunhando, ao trabalhar com soldados de diversas partes do país, a influência da saudade nos corpos de tantos homens. Para Blake, a nacionalização das tropas não ocorria e ainda estava sendo sacrificada a saúde vital dos soldados. Cobrava cidadania e humanismo no exército de um país constitucional.

Sacramento Blake trabalhou por 16 anos no exército e, ao decidir escrever um livro tematizando os militares falou sobretudo pelos soldados, defendeu melhores salários, fim dos castigos corporais, educação, valorização da família, denunciou abusos e injustiças. Em sua visão, o soldado quando era recrutado quase não tinha educação formal; mas o Estado brasileiro, ao permitir que um sistema militar funcionasse desprezando o soldado, ao invés de contribuir para a formação de “um povo consciente de seu papel cívico”, acentuava a desagregação do corpo social e a exclusão, pois impunham anos de experiência de humilhação e de injustiças aos recrutas e depois soldados.

Para Blake, o Estado desumanizava os soldados e relegava-os ao esquecimento, ficavam invisíveis assim como tinham sido invisibilizados “os homens que construíram as magníficas pirâmides do Egito” (Blake, 1865, p. 103). Blake, seguindo a tradição ilustrada de seu tempo, gostava de comparações com a história antiga e abusava da retórica – ao exagerar na comparação, talvez capturasse o leitor. Talvez, ainda, remetesse o leitor à situação dos escravizados no país, aqueles que tudo construíam e que não tinham seu trabalho reconhecido. Blake escreveu que era bárbara a escravização de outro ser humano, mas não falou sobre a escravidão no Brasil, nem sobre o quanto a escravidão influenciava na forma como os soldados eram tratados. As relações eram profundas e evidentes. Seu olhar divergente sobre o soldado não foi suficiente para que enfrentasse a raiz do problema: a violência que estruturava o Exército no século XIX era expressão de uma sociedade escravista que ele não questionou.

Blake conheceu de perto os campos de batalha de um dos mais sangrentos conflitos das Américas no século XIX. Por motivos de saúde, voltou em março de 1866 depois de um ano servindo na Guerra do Paraguai. A junta médica declarou que sofria de sífilis e pericardite crônica e, impossibilitado para o serviço em campo, foi trabalhar na enfermaria militar no hospital da Bahia. Pouco tempo depois, em dezembro de 1866, voltou ao Rio de Janeiro para nova inspeção de saúde. Apresentava deformações nos pés decorrentes da sífilis, reumatismo

e perturbações cardíacas, “incapaz para o serviço militar”, foi aposentado. No documento, registraram ainda que ele foi “elogiado pelo zelo, inteligência e dedicação” (Fé de ofício, AHEx).

Viveu ainda muitos anos, morreu em 1903. Nos almanaques da década de 1870, do Rio de Janeiro, foi referenciado como médico cirurgião que morava na rua da Lapa, 42, sobrado. Manteve consultório em casa, opção mais econômica e tradicional, e seguiu, mesmo com doença crônica, como cirurgião do Corpo de Operários Militares no Arsenal de Guerra até 1878, quando foi dispensado. Não ganhou nenhum título ou comenda, como ostentavam diversos colegas da medicina ou do Exército, como podemos verificar pela leitura dos almanaques do seu tempo. As críticas que fez, ainda que sem tanta radicalidade, não deram a ele nenhum reconhecimento dentro da instituição. Podemos entender que este tenha sido um preço pago por Blake pela radicalidade de suas ideias.

Referências

Documentos Manuscritos

Arquivo Histórico do Exército (AHEx) - Rio de Janeiro. Fé de Ofício do Dr. Augusto Alves Victorino do Sacramento Blake, Pasta I / 3/ 41, s/d.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN-RJ). Correspondência do presidente da província de Alagoas ao Ministério da Guerra, IG (1) 99, 1855-1859 e IG (1) 100, 1860-1865; Correspondência do presidente de Pernambuco ao Ministro da Guerra, IG (1) 73, 1853.

Arquivo Público de Alagoas (APA), Caixa 161.

Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE), Livro Polícia Civil 41.

Documentos Impressos

ABREU, Dr. Francisco Bonifácio de. Extirpação de uma LUPIA (Lobinho) que pezou mais de uma arroba. In: *O Atheneo, periódico científico e litterario*. Bahia: Typ. Bahiana de J. A. Portella, 1849, n. 1, p. 2-4.

CANDIDO da C., J. Hygiene, dobres de sinos, igrejas, enterramentos, ruas, praças, canos, latrinas e quintaes na cidade de Salvador. In: *O Atheneo*. Bahia: Typ. Bahiana de J. A. Portella, 1849, n. 4, p. 62-64.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Estudos militares, pelo 1º. Cirurgião do corpo de saúde do Exército*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

SACRAMENTO, Augusto Victorino A. *O Atheneo, periódico científico e litterario*. Bahia: Typ. Bahiana de J. A. Portella, 1849-1850. 12 vols.

SACRAMENTO, A. Victorino A. Pathologia interna, phtysica curada pelo assucar. In: *O Atheneo, periódico científico e literário*. Bahia: Typ. Bahiana de J. A. Portella, 1849, n. 4, p. 61-62.

BLAKE, Augusto V. Sacramento. A Revolução da Bahia de 7 de Novembro de 1837 e o Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira. [Memória lida na sessão do IHGB de 21 de Novembro de 1884]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 48, pt. II, p. 245-263, 1885.

BLAKE, Augusto V. Sacramento. Frei Bastos ou Frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 49, v. 2, p. 385-392, 1886.

BLAKE, Augusto V. Sacramento. O Dr. Francisco Bonifácio e Abreu, memória. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 51, v. 1, folheto, p. 221-238, 1888.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Bibliografia

BASTOS, C. Medical hybridism and Social Boundaries: Aspects of Portuguese Colonialism in Africa and India in the Nineteenth Century. *Journal of Southern African Studies*, v. 33, n. 4, p. 767-782, 2007.

BASTOS, C. Corpos, climas, ares e lugares: autores e anônimos nas ciências da colonização. In: BASTOS, C., BARRETO, R (Org.). *A circulação do conhecimento: Medicina, redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

BENCHIMOL, J. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Ed. UFRJ, 1999.

EDLER, F. C. 2011. *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

HUERTA, A. 2019. Entre deux eaux: courants thérapeutiques franco-brésiliens dans le processus de balnéarisation de Rio de Janeiro. *Confins, Revue Franco-Brésilienne de géographie*, n. 39, 2019.

KRAAY, H. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.

KRAAY, H. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

LIMA, S. C. S. *O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)*. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

MENDES, F. F. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

ODA, Ana M. G. R. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, 2008.

OLIVEIRA, Maria L. F. O Exército e a difícil luta contra a independência dos homens do campo: embates na construção do Estado no Brasil, 1840-1870. In: SOUZA, Adriana B.; et al. (Org.). *Pacificar o Brasil, das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.

PIMENTA, T. S. Saúde pública na capital do império do Brasil: escravidão, epidemias, assistência. *Araucaria, Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, año 25, n. 51, p. 421-438, 2022.

PEIRETTI-COURTIS, D. *Corps noirs et medecins blancs: la fabrique du préjugé racial, XIXe-XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2021.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinada, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, João J. Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia. In: DANTAS, Monica (Org.). *Revoltas, motins, revoluções, homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

RIBEIRO, José I. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Arquivo Nacional, 2013.

SOUZA, Adriana B. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANA, I. S. "Triplíce utilização" dos corpos negros femininos: gênero, sevícias e escravidão – Rio de

Janeiro, século XIX. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 29, n. 1, p. 277-296, jan.-abr. 2023.